

Bancos unitários e bancos com agências: um critério para decisão

JOÃO SAYAD *

1 — Introdução

Muito se tem escrito sobre o tamanho dos bancos comerciais brasileiros. O Banco Central pronunciou-se reiteradas vezes contra o excessivo número de agências e, mais efetivamente, adotou uma política de rígido controle na autorização de abertura de novas agências. Mais recentemente, no X Congresso Nacional de Bancos, banqueiros privados manifestaram-se a favor de uma integração jurídica das diversas firmas de um mesmo grupo financeiro, com a imediata reação dos intermediários financeiros não associados a bancos comerciais.

O debate sobre essas duas características dos bancos comerciais brasileiros — grande número de agências e diversificação em várias linhas de crédito — é antigo, mas tem sido feito através do conceito de economias de escala. Em outro trabalho, alinhamos argumentos contra a utilização deste conceito no caso dos bancos comerciais.¹

Neste trabalho, apresentamos um critério alternativo para análise do problema. É um critério restrito a apenas um aspecto: a segmentação dos mercados financeiros. Os mercados financeiros são acusados, no caso do Brasil, de compartimentalizados: alguns setores pagam taxas de juros excessivamente elevadas e outros mais baixas, não existindo um movimento de fundos entre os dois para igualar as taxas.² As razões para essa segmentação são várias, sobres-

* Da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas.

¹ J. Sayad, *Regulation of Brazilian Commercial Banking*, dissertação apresentada à Yale University, 1976, mimeo., Cap. II.

² Mc Kinnon, *Money and Capital in Economic Development* (Washington: The Brookings Institution, 1973), pp. 68-80.

saindo a utilização do crédito pelo Governo como instrumento de planejamento.

O modelo a ser apresentado analisa a intermediação financeira e a atividade dos bancos comerciais em particular, com o auxílio da teoria do comércio internacional. Demonstra-se que, sob a hipótese de concorrência imperfeita, o diferencial de taxas de juros entre duas cidades diminuirá se a cidade com menor número de agências importar depósitos. Caso contrário, nada se pode afirmar sobre esse diferencial. Sob o ponto de vista da distribuição de renda, as cidades que exportam depósitos estão sempre perdendo renda real. Utilizamos esse critério para analisar uma amostra de agências para o Estado de São Paulo, e concluímos que as cidades pequenas estavam perdendo renda real para as grandes do Estado. Do ponto de vista do diferencial das taxas de juros, coisa alguma podemos concluir.

O trabalho está organizado da seguinte maneira: na seção seguinte são apresentadas as hipóteses do modelo. Na Seção 3 o modelo é aplicado no caso de concorrência imperfeita. A Seção 4 apresenta alguns resultados empíricos com base numa amostra do Estado de São Paulo.

2 — Custos de transação e intermediários financeiros

Consideramos neste trabalho que um banco que possui agências é desejável do ponto de vista do bem-estar se conseguir diminuir o diferencial de taxas de juros existentes entre as cidades a que serve. O critério adotado pode ser justificado assim: uma das funções do mercado financeiro é refletir para os investidores os verdadeiros custos para a sociedade do investimento que pretendem realizar. Se as taxas de juros forem diferentes entre cidades diferentes, por um motivo não associado à diferença de custos reais, então a cidade com taxas de juros menores estará realizando investimentos com retorno menor do que a cidade com taxa de juros maiores. E o

retorno dos investimentos à sociedade como um todo poderia ser aumentado com uma alteração na distribuição de empréstimos entre as duas cidades.

Mas não há dúvida de que é um critério particular, onde se supõe que o importante é maximizar conjuntamente o retorno dos investimentos nas duas cidades, o que deixa de lado o problema da distribuição de renda entre elas. Por causa disso, consideraremos também os efeitos da alteração no regime de funcionamento de um banco sobre a distribuição de renda.

Vamos chamar de custos de transação os custos de obtenção de informações, transporte, registro contábil e custos de suporte jurídico de uma transação qualquer. Chamaremos de intermediários financeiros as firmas especializadas em transações financeiras. Essas firmas têm, por definição, custos de transações menores do que os custos de quaisquer outras firmas ou indivíduos na compra e venda de ativos financeiros. Esta é a única hipótese de que precisaremos: que os intermediários financeiros gozam de vantagens em termos de custos para realizar transações financeiras. Seus lucros decorrem de ganhos de arbitragem, que obtêm ao realizar compras e vendas de ativos financeiros homogêneos com preços diferentes e que outras firmas não podem realizar sem seu auxílio.

Precisamos agora de outras definições. Chamaremos de *bancos unitários* (*unit bank*) os que podem operar somente numa região geográfica, numa cidade só, por exemplo. Estes bancos têm ganho de arbitragem ao comprar e vender ativos financeiros de várias firmas e/ou indivíduos localizados numa mesma área. Mas não podem auferir os ganhos de arbitragem decorrentes das vantagens que apresentam em termos de custos de transportes. *Bancos com agências* são aqueles que podem realizar transações financeiras entre indivíduos ou firmas localizadas em áreas geográficas diferentes. *Bancos especializados* são os que podem realizar transações financeiras com um só tipo de ativo financeiro, como, por exemplo, ativos financeiros com determinado prazo (ex. banco comercial, banco de investimento), ou ativos financeiros com características de retorno diferentes (fundos mútuos de investimento, bancos comerciais), ou com ativos financeiros de setores diferentes (banco de

habitação, banco rural) . *Bancos diversificados* são bancos que podem obter ganhos de arbitragem em transações com ativos financeiros de prazo, distribuição de retorno, ou setores diferentes.

Com essas definições, podemos começar a analisar quais seriam os efeitos de uma alteração nas funções de um banco. Vamos formular a hipótese de que o número total de bancos em cada cidade é fixado pelo Banco Central, que não há entrada de novos bancos e que as alterações das funções de um banco não fazem com que as autoridades assumam uma atitude mais liberal com relação ao ingresso de novos estabelecimentos. Suponhamos que a cidade *I* seja servida por um banco unitário. Então, segundo nossa hipótese, essa cidade não pode realizar transações financeiras com outras cidades ou mercados. Se esse banco unitário passar a ser um banco de agências, poderá realizar trocas de ativos financeiros com outras cidades. Ou seja, a passagem do banco da cidade *I*, de unitário para banco com agências, equivale para a cidade *I* a uma abertura de comércio de ativos financeiros com outras cidades. Evidentemente, a hipótese, como foi apresentada, é irrealista, pois, afinal de contas, mesmo que o banco da cidade fosse unitário os indivíduos da cidade *I* poderiam realizar compras e vendas de ativos financeiros com outras cidades, mesmo sem o auxílio de um banco. Mas a hipótese pode ser interpretada diferentemente. Basta supor que o banco unitário, ao ser transformado em banco com agências, permita um volume maior de comércio de ativos financeiros entre duas cidades, e os mesmos resultados serão obtidos.

Alternativamente, poderíamos usar o mesmo raciocínio para analisar o caso de bancos especializados e bancos diversificados. Um banco especializado ao passar para diversificado permitirá uma troca de ativos financeiros não somente dentro de um setor, mas entre vários setores diferentes (no caso de um banco rural, passando a banco rural e industrial) ou trocas entre ativos com diferentes prazos de vencimento (um banco comercial que passasse a ter também banco de investimento), e assim por diante.

Na seção seguinte analisaremos quais os efeitos dessa abertura de comércio sob duas situações: no caso de concorrência perfeita e no de concorrência imperfeita.

3 — Intermediação financeira em concorrência perfeita e imperfeita

Suponhamos que o banco da cidade 1 enfrente uma curva de demanda de empréstimos e uma oferta de depósitos infinitamente elástica e que seja permitido a este banco unitário abrir uma agência na cidade 2, que imaginaremos ser um centro financeiro. Ou alternativamente, que o banco unitário da cidade 1 passe a operar no mercado de reservas do centro financeiro.

Se a cidade 1 tiver uma taxa de juros maior do que a do centro financeiro, a mudança de banco unitário para banco com agências fará com que as taxas de juros dessa cidade diminuam. O banco passará a importar depósitos ou comprar reservas na cidade 2, até o ponto em que o custo médio dessas reservas seja igual à receita média de empréstimos nessas cidades. A mudança de banco unitário para banco com agências anula o diferencial de taxas de juros que existia entre as duas cidades. O mesmo resultado poderia ser obtido se o banco continuasse a ser banco unitário, mas agora com possibilidade de negociar reservas com outros bancos.

No caso de concorrência perfeita, os resultados são pouco interessantes: se se considerar os diferenciais de taxas de juros, sempre valerá a pena abrir o comércio. Os diferenciais desaparecem. Do ponto de vista da distribuição de renda, perdem os tomadores de empréstimos da cidade que anteriormente pagavam taxas de juros menores.

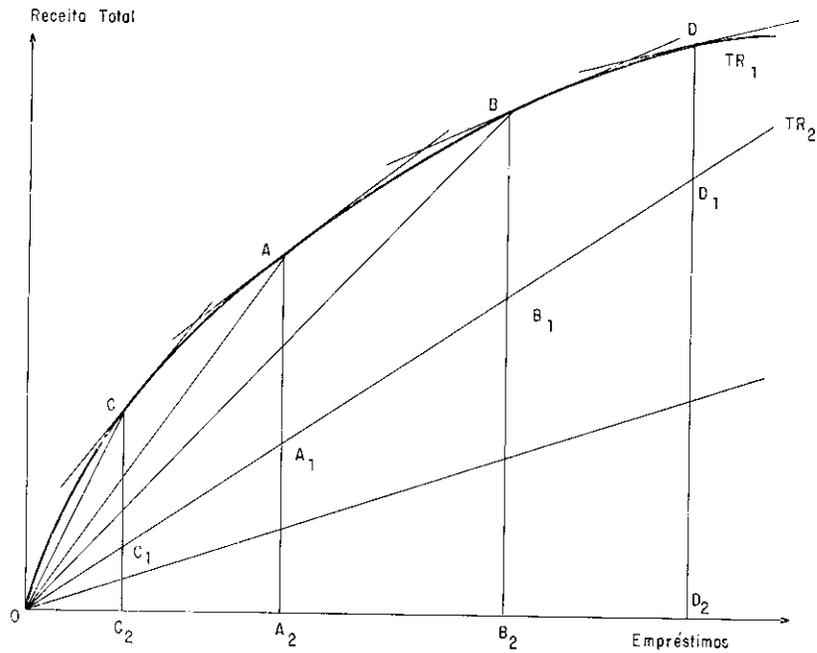
O caso mais interessante é o da concorrência imperfeita. Vamos supor que os bancos enfrentem curvas decrescentes de demanda de empréstimos e curvas crescentes de oferta de depósitos e que igualem custos marginais a receitas marginais. O banco da cidade 1, ao passar de unitário a banco com agências, tentará igualar a receita marginal de empréstimos e o custo marginal de depósitos entre as duas cidades.

No gráfico a seguir analisaremos todas as situações possíveis para a cidade 1. Fazemos a hipótese de que ela seja pequena (com poucas agências) e que o banco unitário dessa cidade possa abrir agências no centro financeiro 2 ou comprar reservas de outros bancos. Na cidade 2 ou no mercado de reservas, formularemos a hipótese

de que a demanda de empréstimos que o banco enfrenta é infinitamente elástica. Os mesmos resultados são obtidos sempre que a cidade 1 tiver uma demanda de empréstimos e uma oferta de depósitos com elasticidades menores do que as da cidade 2.

Gráfico 1

CURVAS DE RECEITA TOTAL PARA A CIDADE 1 E PARA A CIDADE 2



No gráfico acima, a curva TR_1 mostra a receita total de empréstimos para a cidade 1. TR_2 é a curva de receita total de empréstimos para a cidade 2. Quando servida por um banco unitário, a cidade 1 poderá ficar nas quatro situações mostradas pelos pontos A, B, C e D. Quando o banco unitário for transformado em banco com agências o equilíbrio será sempre no ponto A. A tangente à curva de receita total (receita marginal) nesse ponto é paralela a TR_2 e, portanto, nesse ponto o banco com agências nas cidades 1 e 2 está maximizando lucros.

Se o ponto C for a situação inicial, a cidade 1 terá uma taxa de juros e uma receita marginal de empréstimos maiores do que as da cidade 2. No ponto B , a cidade 1 terá uma taxa de juros menor e uma receita marginal menor do que a cidade 2. Na situação demonstrada pelo ponto D , a cidade 1 terá uma taxa de juros e receita marginal menores do que a da cidade 2. E o ponto A é sempre o ponto de equilíbrio final, onde a receita marginal das duas cidades é igual. Estes são todos os casos possíveis.

No ponto C , o diferencial de taxas de juros é máximo. Então, implicitamente, estamos admitindo que os custos de transações feitas sem auxílio dos bancos é pelo menos igual a CC_1 . Se fosse menor, os clientes da cidade 1 poderiam anular qualquer política discriminatória dos bancos que resultasse em diferenciais de juros maiores.

Agora, basta saber qual era a situação inicial da cidade 1, quando servida por um banco unitário, e verificar se o diferencial de taxas de juros entre as duas cidades aumentou ou diminuiu depois que o banco unitário abriu uma agência no centro financeiro ou começou a operar no mercado de reservas. Consideramos que a abertura da nova agência na cidade 2 é desejável se o diferencial de juros entre as duas cidades diminuiu. Se o equilíbrio inicial fosse no ponto C , a cidade 1 estaria pagando uma taxa de juros maior do que a do centro financeiro (tangente do raio OC maior do que a do raio OC_1) e o banco teria uma receita marginal maior nessa cidade. Quando passa a banco com agências, o ponto de equilíbrio é dado por A . A receita marginal na cidade 1 diminui, assim como a taxa de juros. A razão de taxas de juros na cidade 2 sobre a cidade 1 passa de CC_1/C_1C_2 para AA_2/A_1A_2 . A taxa de juros da cidade 1 permanece a mesma e a da cidade 2 diminui e, portanto, reduz-se a diferença entre elas. Do ponto de vista do bem-estar, a mudança de banco unitário para banco de agências foi nitidamente favorável.

Suponhamos inicialmente que as ofertas de depósitos nas cidades 1 e 2 sejam fixas, uma vez que depósitos não rendem juros. Como a cidade 1, depois de seu banco abrir uma agência na cidade 2, enfrenta uma taxa de juros menor e, conseqüentemente, uma quantidade demandada de empréstimos maior, segue-se que a cidade 1 deve ter "importado" depósitos da cidade 2. A conclusão, então, é que quando a cidade com demanda menos elástica importa depó-

sitos da cidade com demanda mais elástica, o diferencial de taxas de juros diminui e o resultado é desejável do ponto de vista do bem-estar. Sob a perspectiva da distribuição de renda, os emprestadores da cidade 2 ficarão em melhor situação com um banco de agências, pois pagam taxas de juros menores.

Se a oferta de depósitos for uma função da taxa de juros, o mesmo resultado será obtido. A cidade 1, no ponto *A*, enfrenta uma taxa de juros menor para empréstimos do que no ponto *C* e, conseqüentemente, taxas de juros para depósitos e quantidade ofertada de depósitos menores. Quando passa para o ponto *A* menos depósitos são ofertados e mais empréstimos oferecidos e, portanto, a importação de depósitos deve ser maior do que no caso de oferta fixa. Do ponto de vista da distribuição de renda, a renda dos tomadores de empréstimos cresce e a dos depositantes diminui na cidade 1.

Se a situação do banco da cidade 2 fosse dada pelo ponto *B*, caso o mesmo tivesse caráter unitário, o resultado seria diferente. No ponto *B*, a cidade 1 pagaria uma taxa de juros maior (OB_2/BB_2) do que a cidade 2, mas a receita marginal na cidade 1 seria menor do que na cidade 2. Quando o banco passasse a comerciar com a cidade 2, o ponto de equilíbrio seria novamente dado por *A*. A receita marginal da cidade 1 aumentaria e a taxa de juros também. A razão entre as taxas de juros da cidade 1 e as da cidade 2 seria maior do que um quando seu banco era unitário ($BB_1/B_1 B_2$). Quando passasse a ter agências na cidade 2, o banco poderia elevar a taxa de juros na cidade 1, e o novo quociente de taxas de juros seria dado pelo quociente de elasticidade-preço da demanda (AA_1/AA_2). A taxa de juros na cidade 2 cresceria, enquanto a da cidade 1, por hipótese, permaneceria constante. Então, o diferencial de taxas de juros entre as duas cidades aumentaria e a abertura de agências não seria desejável em termos de bem-estar.

Do ponto de vista distributivo, a renda dos emprestadores da cidade 2 diminui, pois pagarão taxas de juros maiores.

Supondo que a oferta de depósitos seja fixa, a cidade 2 passa a exportar depósitos para a cidade 1 ou para o mercado de reservas, pois está emprestando uma quantidade menor do que antes. Se

depósitos rendem juros, a exportação é maior ainda e a renda dos depositantes da cidade 1 aumenta, já que recebem uma remuneração maior por seus depósitos.

O ponto *D* representa a última possibilidade de equilíbrio para a cidade 1 quando servida por um banco unitário. Nesse ponto, a cidade 1 estaria enfrentando uma taxa de juros menor (DD_2/OD_2) e uma receita marginal menor do que a cidade 2. Depois que o banco da cidade 2 abre uma agência na cidade 1, a cidade 2 passa a enfrentar uma taxa de juros maior, sendo o novo equilíbrio mais uma vez o ponto *A*. Neste caso, o quociente de taxas de juros passou de menor que um (DD_1/D_1D_2) para maior que um (AA_1/A_1A_2) e, portanto, não se sabe *a priori* se o movimento é desejável ou não, do ponto de vista do bem-estar. Em termos de distribuição de renda, a cidade está claramente em pior situação, pois agora enfrenta uma taxa de juros maior. Se a situação inicial fosse dada pelo ponto *D*, a cidade 1 passaria a ser exportadora de depósitos para a cidade 2 quando o banco abrisse agências.

Pode-se concluir, então, que quando o banco da cidade com demanda menos elástica exporta depósitos, não se sabe *a priori* se o diferencial de taxas de juros aumenta ou diminui e, portanto, não se pode concluir coisa alguma em termos de bem-estar: se o movimento for de *B* para *A*, a situação piora, mas, se de *D* para *A*, nada se sabe. Se, por outro lado, o banco da cidade 2 importa depósitos (ponto *C*), o movimento implica univocamente uma diminuição dos diferenciais de taxas de juros, e o resultado é claramente favorável em termos de bem-estar. Em termos de distribuição de renda, a situação dos emprestadores da cidade 1 só melhora quando esta importa depósitos. Em todos os demais casos, sua situação piora, já que passa a enfrentar taxas de juros de empréstimos maiores. Da Tabela 1, a seguir, consta um resumo deste raciocínio.

Os resultados apresentados anteriormente, apesar de baseados num modelo muito simples, permitem algumas aplicações interessantes. Em primeiro lugar, oferecem um critério objetivo para julgar os pedidos de abertura de agências. A discussão anterior deste pro-

TABELA I
Resumo dos resultados

Situação Inicial			Situação Final					
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(6) (4)	A Cidade 1	Renda da Cidade 1
Ponto	Taxa de Juros na Cidade 1	Receita Marginal na Cidade 1	Taxa de Juros da Cidade 1/Taxa de Juros na Cidade 2	Taxa de Juros na Cidade 1	Taxa de Juros na Cidade 1/Taxa de Juros na Cidade 2			
A	$\frac{AA_2}{OA_2}$	Tangente pelo Ponto A	I	$\frac{AA_2}{OA_2}$	I	I	Não Importa Nem Exporta DEPOSITOS	<i>Inalterada</i>
C	$\frac{CC_1}{OC_2}$	Tangente pelo Ponto C	$\frac{CC_1}{C_1 C_2}$	$\frac{AA_2}{OA_2}$ (Diminuiu)	$\frac{AA_1}{A_1 A_2}$	Diminui	Importa DEPOSITOS	<i>Aumenta</i>
B	$\frac{BB_2}{OB_2}$	Tangente pelo Ponto B	$\frac{BB_1}{B_1 B_2}$	$\frac{AA_2}{OA_2}$ (Aumenta)	$\frac{AA_1}{A_1 A_2}$	Aumenta	Exporta DEPOSITOS	<i>Diminui</i>
D	$\frac{DD_2}{OD_2}$	Tangente pelo Ponto D	$\frac{DD_1}{D_1 D_2}$	$\frac{AA_2}{OA_2}$ (Aumenta)	$\frac{AA_1}{A_1 A_2}$?	Exporta DEPOSITOS	<i>Diminui</i>

blema é feita em termos de custos.³ Geralmente se argumenta que os custos médios de um banco com agências crescem com o número das que possui. Mas esses resultados não permitem conclusão alguma. Se um banco com agências nas cidades 1 e 2 tem custos médios de transação maiores que um banco que possui agências apenas na cidade 1, nada se pode concluir. Apesar de esses custos de transação serem maiores, eles podem ser ainda menores do que os que uma firma ou indivíduo da cidade 1 teria se, ao desjar um empréstimo, tomasse um ônibus ou telefonasse para o banco da cidade 2, ou do que os custos em que o depositante da cidade 2 incorreria ao fazer um depósito pessoalmente na cidade 1. A constatação de que os bancos com mais agências têm custos médios maiores por transação não fornece critério algum para a avaliação da desejabilidade ou não de haver bancos com agências.

O modelo fornece ainda racionalismo econômico para outro tipo de problema. Cameron lista uma série de episódios de guerras e disputas na Europa do século XIX sobre o controle de centros financeiros.⁴ Recentemente no Brasil foram observadas algumas disputas sobre a compra de bancos regionais por outros de São Paulo ou do Rio. É evidente que, por trás dessa disputa, a razão mais forte deve ter sido a associação de poder político e econômico. De qualquer forma, os resultados que apresentamos em termos de distribuição de renda permitem adicionar um tipo de explicação diferente: a cidade 1 ou os emprestadores das cidades menores, ou com demanda menos elástica, podem sofrer uma perda de renda real se o banco dessa cidade for comprado ou puder transacionar com o centro financeiro. Um dos considerandos para a criação do Banco do Nordeste, por exemplo, foi exatamente um tratamento preferencial aos tomadores de empréstimos da região, que se sentiam prejudicados por serem servidos por bancos de fora da zona.

³ Veja, por exemplo, G. J. Benson, "Economies of Scale of Financial Institutions", in *Journal of Money, Credit and Banking*, vol. 4 (maio de 1972), pp. 312-341 e A. C. Meirelles, *Economies of Scale in Brazilian Commercial Banking*, tese de Ph. D., Stanford University, 1969 (não publicada).

⁴ R. E. Cameron, "Metrópole e Hinterlândia na História das Finanças", in *Revista Brasileira de Economia*, vol. 26 (julho/setembro de 1972), pp. 237-254.

Finalmente, o mesmo raciocínio desenvolvido em termos de bancos com agências *versus* unitários poderia ser feito em função de bancos diversificados *versus* especializados. Se a demanda de empréstimos ao consumidor tiver uma elasticidade-preço maior do que a demanda de empréstimos comerciais, por exemplo, um banco diversificado que atue nessas duas linhas de crédito será desejável somente se transferir parte dos recursos de vendas de letras de câmbio (recursos do mercado com demanda mais elástica) para empréstimos comerciais. Se transferir parte dos depósitos à vista para o crédito ao consumidor, o efeito será uma maior elevação das diferenciais das taxas de juros entre os dois tipos de ativos do que seria justificado pelas suas características intrínsecas. Ou se a demanda de empréstimos rurais for menos elástica do que a de empréstimos industriais, um banco diversificado nesses dois tipos de crédito será desejável em termos de bem-estar somente se transferir parte dos depósitos industriais para o crédito rural.

É interessante notar que os resultados colocam algumas dúvidas sobre o problema da segmentação do mercado financeiro. Os resultados anteriores sugerem que a segmentação não é necessariamente indesejável do ponto de vista do bem-estar. É um resultado análogo ao da teoria de comércio. Apesar das clássicas proposições a favor do livre comércio, qualquer estudante de mestrado consegue modificá-las adicionando uma distorção ao modelo.

4 — Alguns resultados empíricos

Nesta seção apresentaremos alguns resultados empíricos das hipóteses desenvolvidas anteriormente. Usaremos dados mensais, do segundo semestre de 1972, de balanços de 91 agências de 35 bancos comerciais privados brasileiros com agências em São Paulo. A amostra é reconhecidamente limitada, mas foi a única a que tivemos acesso.

A amostragem foi elaborada da seguinte forma: para cada um dos 35 bancos comerciais selecionados fizemos um levantamento do número de agências que cada um possuía em várias classes de cidades do Estado de São Paulo. Essas classes foram definidas em ter-

mos do número total de agências. As cidades da classe 1 têm menos de cinco agências. A classe 2 inclui cidades com mais de cinco e menos de 10 agências. A classe 3, de 10 a 30 agências e, a 4, cidades com mais de 30. O município de São Paulo foi excluído por contarmos somente com dados agregados, inclusive com o balanço das matrizes.

Os grandes bancos possuíam agências em todas as classes de cidades, sendo os únicos que as tinham em cidades com uma única agência. Os médios possuíam menos agências em cidades menores, ao passo que os bancos pequenos concentravam todas as suas na última classe de cidade. Para cada tipo de banco, incluímos na amostra um número de agências aproximadamente proporcional ao número que possuíam no Estado, e em distribuição conforme a população.

A idéia de dividir as cidades em função do número de agências decorre da necessidade de classificarmos os mercados em termos de elasticidade-preço da demanda. Estamos supondo que em cidades com maior número de agências, a elasticidade-preço da demanda com que os bancos operam é maior do que a elasticidade-preço em cidades com uma agência, ou um número menor de agências. A associação é comum em livros-texto mas está sujeita a uma crítica importante.⁵

A primeira hipótese a ser testada é relativa ao comportamento dos bancos em mercados que enfrentem números diferentes de competidores. No modelo apresentado, supomos que os bancos se comportam como monopolistas discriminadores. Para realizar esses testes, calculamos a receita média por empréstimos totais de cada agência para as diversas classes de cidade. Esta medida será chamada de taxa de juros, apesar de todos os problemas que possam decorrer dessa associação: é a única medida de taxa de juros existente a esse nível de desagregação, e comumente usada em outros estudos de bancos brasileiros.⁶

⁵ E. H. Chamberlin, *The Theory of Monopolistic Competition*, Apêndice E (Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1962).

⁶ A. Bouzan, *Os Bancos Comerciais no Brasil: Análise do Desenvolvimento Recente* (novembro de 1972), mimeo. L. P. Cristoffersen, "Taxas de Juros e a Estrutura de Um Sistema de Bancos em Condições Inflacionárias: O Caso do Brasil", in *Revista Brasileira de Economia*, vol. 23 (junho de 1969), pp. 5-34.

Além da taxa de juros, calculamos a relação empréstimo/depósitos média para as agências de cada classe de cidade. Essa medida pode ser interpretada de duas formas alternativas: em primeiro lugar, é uma medida do montante de empréstimos feitos a cada classe de cidade, “deflacionada” por uma variável relativa ao tamanho da cidade (depósitos); em segundo, e talvez a interpretação mais interessante, pode ser entendida como o saldo médio que os clientes da agência são obrigados a manter para obter empréstimos. A segunda interpretação é apresentada com mais detalhe e justificativa mais rigorosa noutro trabalho.⁷ Em ambas as interpretações deve-se esperar que um banco que aja como um monopolista discriminador ofereça relativamente menos empréstimos em cidades com menos competição, ou exija saldos médios maiores. Em outras palavras, se os bancos agirem de acordo com nossas hipóteses, é de supor que a relação empréstimo/depósito seja maior em cidades com maior competição.

A Tabela 2, a seguir, apresenta as médias de juros e relação empréstimo/depósito para as diversas classes de cidade.

TABELA 2

Taxa de juros e relação empréstimo/depósito para várias cidades

Taxa de Juros	
Classes de Cidade	Média
1	7,1
2	7,4
3	6,8
6	6,0
Média	7,3
<i>F</i> (calculado (graus de liberdade = 3-87)	1,574

(Continua)

⁷ J. Sayad, *op. cit.*, Capítulo IV.

(Continuação)

Relação Empréstimo/Depósito	
Classes de Cidade	Média
1	0,71
2	0,84
3	0,94
4	1,03
Média	0,82
$F (3-87)$	1,442

O F calculado nos dois casos aceita a hipótese de que os bancos não discriminam em termos de taxas de juros e de relações empréstimo/depósito em cidades com número diferente de agências. As cidades pequenas (classes 1 e 2) são servidas quase que somente por bancos grandes, que têm uma relação empréstimo/depósito menor. As cidades 3 e 4 já tem agências de bancos pequenos, que emprestam uma parcela maior de seus depósitos. Portanto, as diferenças significantes encontradas foram entre bancos, e não entre cidades.

Realizamos o mesmo teste comparando a relação empréstimo/depósito do banco como um todo, dividida pela razão empréstimo/depósito de cada agência, considerando os bancos grandes e pequenos separadamente. (Os primeiros são os que tinham depósitos de mais de 2 bilhões de cruzeiros em 1972). Os resultados obtidos aparecem na Tabela 3, a seguir.

Neste caso, a hipótese de que há discriminação foi rejeitada somente no caso dos bancos pequenos. Podemos, então, utilizar a hipótese de que pelo menos os grandes distribuem crédito como se fossem monopolistas discriminadores.

Em seguida, passamos a analisar se as cidades da amostra exportam depósitos para as de classe maior. Para tanto, utilizamos a mesma relação empréstimo/depósito do banco dividida pela relação em-

TABELA 3

Relação empréstimo/depósito do banco, dividida pela relação empréstimo/depósito da agência São Paulo – segundo semestre de 1972

Bancos Pequenos	
Classes de Cidade	Média
1	1,82
2	1,62
3	1,33
6	1,36
$F = 1,04$	1,46

Bancos Grandes	
Classes de Cidade	Média
1	2,2
2	1,8
3	1,5
6	3,0
6	3,0
$F = 9,03$	2,0

préstimo/depósito da agência.⁸ Se esse quociente for maior do que um, a cidade estará exportando depósito; se menor, importando. Poder-se-ia argumentar que para saber se a cidade está importando ou exportando depósitos basta olhar para a relação empréstimo/depósito da agência. Se esta for maior do que um, a cidade estará importando depósitos; se menor que um, exportando. Mas não é um critério razoável; se um banco empresta em média 80% dos seus depósitos e se uma de suas agências também obedece a essa regra, não se pode dizer que a agência “exportou” 20% dos depósitos para outras agências.

⁸ Chamando L_i e D_i empréstimos e depósitos, respectivamente, do banco como um todo, e L_i , D_i empréstimos e depósitos da agência i do mesmo banco, a Tabela 3 mostra $(L_i/D_i) / (L_i/D_i)$.

Os resultados representados na Tabela 3 indicam que todas as cidades da amostra estão exportando depósitos. Dessa forma, não podemos avaliar se diferencial de taxas de juros aumentou ou diminuiu pelo fato de os bancos grandes terem agências em outras cidades.

Mas em termos de distribuição de renda, a resposta é certa: tomadores de empréstimos de cidades com número menor de agências estão enfrentando ofertas de empréstimo menores e taxas de juros maiores (ao serem servidos por bancos grandes) do que pagariam se fossem servidos por um banco sem agências nas cidades maiores. Se as cidades menores forem também mais pobres, segue-se que o sistema de agências (no caso dos bancos grandes) promove uma concentração de renda, pelo menos no sentido espacial.

5 — Alguns resultados de política

Apesar da generalidade do modelo apresentado, algumas conclusões sobre a política do Banco Central com relação à organização do setor bancário podem ser apresentadas.

Em primeiro lugar, se os resultados da nossa amostra para o Estado de São Paulo puderem ser extrapolados para diversas regiões do País, pode-se concluir que o Banco Central deveria permitir a criação de alguns bancos regionais, isto é, bancos com agências em apenas uma região e isolados dos centros financeiros. Em termos de distribuição de renda, o resultado seria nitidamente favorável. Por outro lado, pode-se concluir também que a fusão de bancos regionais com bancos nacionais é nitidamente desfavorável nesse sentido.

Se os resultados puderem ser extrapolados para o caso de bancos diversificados e especializados, a conclusão é favorável aos bancos especializados. Em termos de política, isto significa que o Banco Central deveria adotar uma atitude mais favorável em relação aos bancos comerciais isolados, a bancos setoriais (bancos rurais) e bancos especializados em determinados tipos de clientes com demanda de empréstimo menos elástica (pequenas empresas, por exemplo).

